

O FUTURO DO PASSADO NO TEMPO PRESENTE: MEMÓRIAS E NARRATIVAS AMAZÔNICAS NAS ENCRUZILHADAS DO TEMPO¹

THE FUTURE OF THE PAST IN THE PRESENT TIME: AMAZONIAN
MEMORIES AND NARRATIVES AT THE CROSSROADS OF TIME

Erinaldo Cavalcanti²

Endereço profissional: Folha 31. Quadra Sete S/N, Nova Marabá,
68507590 - Marabá, PA.

E-mail: ericontadordehistorias@gmail.com

Resumo: O artigo faz uma reflexão sobre a chamada história do tempo presente no diálogo, com o uso da história oral, por meio dos relatos de memória. Problematisa, em especial, alguns desafios que se apresentam sobre as implicações em narrar certas experiências do passado no presente do nosso tempo. Para tanto, utiliza entrevistas orais produzidas com trabalhadores e trabalhadoras rurais que foram afetados pela experiência da Guerrilha do Araguaia. As reflexões mostram a necessidade de problematizar as relações da história do tempo presente com as demandas sociais — sobretudo nas pesquisas que fazem uso das fontes orais — e apontam que o futuro de certos passados pode estar sob ameaça no presente do nosso tempo.

Palavras-chave: História; Memória; Tempo presente; Guerrilha do Araguaia.

Abstract: The article reflects on the so-called history of the present time on the dialogue with the use of oral history, through memory's reports. It problematizes, in particular, some of the challenges that lie ahead in the implications of narrating certain experiences of the past in the present of our time. For that, it uses oral interviews produced with rural workers who were affected by the experience of the Araguaia Guerrilla. The reflections show the need to problematize the relations of the history of the present time with the social demands, especially researches that make use of the oral sources and point out that the future of certain pasts may be under threat in the present of our time.

Keywords: History; Memory; Present time; Araguaia Guerrilla.

1 Esse texto faz parte das pesquisas desenvolvidas em dois projetos de pesquisas: "Ditadura Militar na Amazônia - levantamento documental e análise historiográfica: entre práticas e representações (Marabá, 1960-1970)", e História Oral e Narrativas Amazônicas, ambos desenvolvidos junto à Faculdade de História e ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST) - a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa).

2 Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), professor do Mestrado Interdisciplinar em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA) e professor e coordenador do PPGHIST/Unifesspa (Mestrado Acadêmico). <https://orcid.org/0000-0002-9912-5713>.

Fomos vigiados o tempo todo.

Mesmo depois do fim da guerrilha do Araguaia e dos outros levantes.

Esse processo de vigiar a gente foi ficando, ficando.

Sempre com agentes de olho em tudo.

Luzia Canuto³

Considerações iniciais

A escrita carrega consigo as digitais das experiências do tempo em que é gestada. Se este texto servir para mostrar alguns efeitos das experiências políticas que vivenciamos no chamado tempo presente e alguns desdobramentos na operação historiográfica, terá atingido seu principal objetivo.

Em novembro de 2018, realizamos algumas entrevistas, na cidade de Xambioá/TO, para o projeto de pesquisa “História Oral e Narrativas Amazônicas”. Os depoimentos ali produzidos rememoravam a experiência da ditadura militar e seus desdobramentos na vida cotidiana de trabalhadores e trabalhadoras rurais que viviam na região. Um dos objetivos do projeto foi produzir alguns filmes curta-metragem — na modalidade de documentários — e, posteriormente, publicá-los de forma gratuita na internet.

O projeto “História Oral e Narrativas Amazônicas” foi desenvolvido por meio de um convênio da Unifesspa com a Fundação Sociedade Comunicação Cultura e Trabalho (TVT) e teve por objetivo a produção de registros imagéticos, fotográficos e sonoros a partir da produção de entrevistas com diferentes atores sociais para a produção e edição de vídeos de curta-metragem. Além dos vídeos-documentários, o projeto também teve por objetivo a produção de relatos de memória para compor o arquivo do laboratório de ensino e pesquisa da Faculdade de História (FAHIST) e do Programa de Pós-Graduação em História da Unifesspa (PPGHIST).

A produção das entrevistas se coadunou com as ações de pesquisa que venho desenvolvendo por meio do projeto “Ditadura Militar na Amazônia — levantamento documental e análise historiográfica: entre práticas e representações (Marabá 1960–1970)”. Nesse projeto, venho realizando um mapeamento de diversos documentos

³ Luiza Canuto é filha de João Canuto, ex-presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Conceição do Araguaia, PA, assassinado em dezembro de 1985. Trecho da entrevista concedida do jornalista Eduardo Reina (2019).

acerca da experiência ditatorial entre os anos 1960 e 1970, na chamada região amazônica. A construção deste artigo, portanto, é resultante das ações desenvolvidas nos dois projetos.

Na fase de produção dos testemunhos, foram realizadas seis entrevistas. Cinco delas com trabalhadores e trabalhadoras rurais que, atualmente, vivem nas cidades de São Geraldo e Xambioá, localizadas no Pará e em Tocantins, respectivamente. A outra entrevista foi realizada com um soldado aposentado e ex-combatente do exército que atuou nas ações de combate e extermínio à Guerrilha do Araguaia. Entre os trabalhadores rurais, três homens e duas mulheres concederam entrevistas para a nossa equipe de pesquisa, totalizando, aproximadamente, 9 horas de relatos orais de memória. Com a entrevista do soldado, totalizaram-se, praticamente, 11 horas de entrevistas.

Para os limites de um artigo, seria impossível analisar o conjunto das entrevistas. De tal modo, selecionei os relatos de memória de uma trabalhadora que teve sua vida afetada em diferentes dimensões e sentidos pela experiência da ditadura militar. Seus relatos nos fornecem um mosaico de fragmentos sobre práticas e discursos que representam como a ditadura militar imprimiu marcas nas experiências individuais e coletivas de dezenas de trabalhadores rurais. As memórias de nossa entrevistada abrem fendas pelas quais é possível ampliar as reflexões acerca da atuação das Forças Armadas no combate ao que consideravam inimigos da pátria. Elas fornecem indícios que demonstram como perseguição, tortura, prisão, sequestro e morte passaram a fazer parte do seu cotidiano.

As ações perpetradas pelas Forças Armadas destruíram a organização familiar de muitos trabalhadores e trabalhadoras que viviam na região do Araguaia. Uma das senhoras que entrevistamos compõe o censo sobre aqueles que foram atingidos pelas ações desencadeadas por diversos agentes do Estado, no combate à Guerrilha do Araguaia, na década de 1970.

Quando os conflitos de combate e extermínio à guerrilha se intensificaram, no ano de 1972, a nossa entrevistada tinha 10 anos de idade. Suas memórias carregam as cicatrizes daquelas experiências que interferem, até hoje, na forma como ela relata suas lembranças e interpreta seu tempo. Em diversos momentos da entrevista, quando relembra certas passagens, ela abaixou o tom da voz, como se estivesse temendo ser ouvida por alguém que não poderia escutar seus relatos. Para muitos trabalhadores rurais que foram afetados pelas ações de combate à guerrilha, narrar suas experiências é uma ação delicada e, muitas vezes, dolorosa e perigosa. Muitos preferem o silêncio.

Esse silêncio também foi detectado pelo jornalista Eduardo Reina (2019) ao entrevistar filhos dos trabalhadores rurais que foram atingidos pelos conflitos em torno da Guerrilha do Araguaia. Para ele, muitos temem falar sobre aquelas experiências porque ainda persiste, na região, a intimidação de militares que coagem e ameaçam

quem ousa ultrapassar a barreira do silêncio e relatar suas memórias acerca da guerrilha. A intimidação é tamanha que resultou em um processo movido pelo Ministério Público Federal contra agentes militares que atuavam — e atuam? — na região do Araguaia, conforme consta no relatório da Comissão Nacional da Verdade. De acordo com esse relatório, o trabalho para esclarecer os fatos relativos à guerrilha do Araguaia “[...] é representativo do combate das sucessivas tentativas de consolidação do medo e do silêncio entre aqueles que foram vítimas das arbitrariedades cometidas pelos agentes do Estado”⁴.

A memória sobre a guerrilha é, portanto, um campo de combate permanente. É travada uma batalha sobre quais relatos são permitidos e quais são proibidos. Disputa-se quais memórias podem ser lembradas e quais histórias podem ser narradas. No entanto, os enfrentamentos não ocorrem apenas no campo da narrativa. Diversos trabalhadores são coagidos a permanecerem no silêncio. São ameaçados e intimidados de diferentes maneiras, como relatam os processos e depoimentos produzidos pela Comissão Nacional da Verdade.⁵

Nessa dimensão, as entrevistas realizadas no âmbito dos projetos de pesquisa, aqui mencionados, também se constituem em estratégias de luta. Esses relatos de memória se configuram em táticas de enfrentamento contra a força repressiva de um Estado que ainda mantém práticas autoritárias por parte de seus agentes. Nessa perspectiva, as ações repressoras do estado ditatorial, instauradas em 1964, prolongam-se pelo tempo, ganham novas configurações e se desdobram em crimes contra o direito à memória e à história. Atingem, igualmente, a produção historiográfica quando agentes do estado continuam cerceando a produção dos testemunhos orais de memória. É, portanto, um crime duplo: viola o direito à liberdade e concorre para o apagamento dos relatos de memória como fonte e/ou objeto de estudo que oferecem valiosos registros das experiências humanas no tempo.

Os registros orais de memória de nossa entrevistada servem de indícios para analisarmos como o estado ditatorial impactou as relações políticas, sociais e afetivas de dezenas de homens e mulheres. A nossa entrevistada mora, atualmente, na cidade de São Geraldo/PA, localizada em uma das margens do Rio Araguaia. Após sua entrevista, no período da manhã, ela se despediu e retornou à sua residência. No final do dia, ela pegou a balsa, atravessou o rio mais uma vez, procurou-nos e disse que não autorizaria a divulgação e publicação de seu depoimento para os filmes que iriam ser produzidos. Pediu desculpas. Disse que refletiu bastante após a entrevista e que não gostaria que sua entrevista fosse usada para a produção dos filmes.

4 Comissão Nacional da Verdade. Relatório, Vol. 1, 2014, Cap. 14, p.718). Todos os documentos da referida comissão encontram-se disponíveis em <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php> <Acesso em 12 de fevereiro de 2019.

5 Em 2016, acompanhei os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, Caravana Araguaia, na produção das entrevistas com os trabalhadores rurais que foram afetados pelas ações de combate à guerrilha. A maioria dos trabalhadores que foram entrevistados relata a sensação de medo e insegurança que ainda perdura ao falar sobre essas experiências.

O que a atitude da nossa entrevistada pode nos indicar? Que indícios das experiências históricas do presente do nosso tempo podem estar imersos na decisão que ela tomou em não autorizar a divulgação de seus relatos?

O ato de ter recuado na decisão de autorizar o uso de sua entrevista pode estar relacionado a muitas variáveis. Antes de apresentar como nossa entrevistada apresentou suas lembranças sobre a guerrilha e como suas memórias representam suas experiências ligadas à guerrilha, e antes de apresentar os motivos que, segundo ela, fizeram-na mudar de opinião, parece possível estabelecer alguns diálogos com a chamada história do tempo presente.

Algumas palavras sobre *tempo, presente e tempo presente*

O historiador alemão Reinhart Koselleck⁶ defende que precisamos usar metáforas ao falar do tempo. Os profissionais que transitam pelo palco da ciência histórica conhecem bem a metáfora que assevera ser a “História filha do tempo”. Como gênero narrativo das experiências humanas, a História nasceu em uma tensa relação com o tempo. A primeira relação foi de enfrentamento. A filha continua em luta permanente contra o poder tirano do pai para não ser por ele devorada, pois o tempo pode apagar a história. No entanto, paradoxalmente, são as relações temporais que constroem as condições de possibilidades para a existência da própria história como forma de contar, registrar e relatar as feitura dos homens no tempo. Tempo que, por uma espécie de ironia, tem o poder de causar amnésia e apagar os relatos da experiência humana no próprio tempo.

A categoria “tempo presente” tem ganhado fama no palco da ciência histórica e parece estar alcançando sua cidadania. Com frequência, ela surge em mesas redondas, conferências, seminários, palestras, encontros acadêmicos e dossiês temáticos em revistas especializadas. Seu uso tem contribuído para agregar um conjunto de especialistas com objetos de pesquisa totalmente distintos, da mesma forma que é distinto o corpus documental mobilizado por esses mesmos especialistas. Uma pesquisa rápida nos currículos lattes dos historiadores — para ficarmos apenas no campo da ciência histórica, que tem se debruçado sobre a chamada história do tempo presente — demonstra isso. Entre os pares, é a multiplicidade de abordagens, a diversidade documental e a pluralidade de objetos de investigação que se sobressaem.

O vocábulo composto “tempo presente” passou a fazer parte do universo semântico de uma parte dos frequentadores da oficina da História. Se a ampliação do uso da categoria tem conquistado autorização entre as regras do fazer historiográfico, é indispensável, todavia, a manutenção do rigor necessário para que sua fama não naturalize seu uso.

6 KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2014.

Inspiro-me em Reinhart Koselleck para expressar que gosto de pensar o tempo presente comparando-o a uma neblina que se encontra a nossa frente: podemos ver a neblina e senti-la até. Mas não podemos segurá-la com as mãos. Não temos esse poder. Assim também parece-me ser o chamado tempo presente. Podemos percebê-lo, descrevê-lo, representá-lo em narrativas, tornando-o um produto humano. Podemos senti-lo. Temos vestígios documentais que nos asseguram de forma inteligível sua existência. Acreditamos que fazemos parte dele e que o vivenciamos. Entretanto, se tentarmos apreendê-lo de forma engessada, como se ele coubesse em uma caixa conceitual inflexível, o tempo presente (assim como a neblina) escapará por entre os dedos e não poderemos dele nos aproximar. Nessa dimensão, ao problematizar essas questões, a historiadora Regina Beatriz destaca que “[...] contrariamente às pretensões generalizadoras e naturalizações de toda sorte, a denominação ‘tempo presente’ [...] é de difícil apreensão”⁷.

Mas, afinal, o que é história do tempo presente? Como se constitui? Como se configura? Em que se diferencia da história de outros tempos? Quais suas cercanias? Há um início para essa história? Até onde vão seus limites? A história do tempo presente se constrói a partir de objetos específicos de estudos ou a partir de uma análise teórico-metodológica distinta? Não há consenso quando se tenta responder a essas questões, nem mesmo sobre a própria denominação conceitual, como apontam Marieta de Moraes Ferreira e Lucilia de Almeida Delgado⁸. Entretanto, a expressão “história do tempo presente”⁹ demonstra ter conquistado maior visibilidade entre os pesquisadores que trilham essas veredas, como destacou em outro artigo Marieta de Moraes Ferreira¹⁰.

Reinhart Koselleck, ao analisar as temporalidades constituintes dos tempos, coloca em questão os fundamentos pelos quais poderíamos considerar um determinado objeto como pertencente à dimensão atual do tempo e outro não. Nesse sentido, o autor problematiza os fundamentos pelos quais a nossa história pode ser considerada uma história do tempo presente, e, por conseguinte, por que uma história mais antiga não?

Essas discussões nos levam, inexoravelmente, a discutir *o que é e como é* apreendido o presente, que precisa ser interpretado de forma polissêmica:

7 GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. História e escrita do tempo: questões e problemas para a pesquisa histórica. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente. Rio de Janeiro: FGV, 2014, p. 35.

8 DELGADO, Almeida Neves de e FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente e ensino de História. Revista História Hoje, v. 2, nº 4, p. 19-34 – 2013.

9 Na França, por meio do Instituto de História do Tempo Presente (IHTP), as discussões ganharam densidade e, atualmente, desfrutam de reconhecida legitimidade. E, como aponta um dos membros do IHTP, o historiador Henry Rousso, o próprio conceito foi elaborado a partir de uma tradução alemã, construído, também, como estratégia para destacar-se e diferenciar-se da História Contemporânea experienciada nesse país.

10 FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. Cultura Vozes, Petrópolis, v. 94, nº 03, 2000. Da mesma autora ver: FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. Topoi, Rio de Janeiro, 2002.

O presente pode significar o ponto de interseção em que o futuro se transforma em passado, aquele ponto de interseção das três dimensões temporais que sempre faz desaparecer o presente. [...] Assim como o presente pode ser dissolvido entre o passado e o futuro, esse extremo mental também pode ser invertido: todo tempo é presente num sentido específico. Pois o futuro ainda não é, e o passado já não é mais¹¹.

Pelas reflexões apresentadas pelo historiador alemão, pleitear uma história do tempo presente apenas porque se pesquisa a dimensão presente do tempo — sobretudo no que diz respeito aos aspectos cronológicos para distinção de outras histórias — parece não ter muito fundamento quando dialogamos com a concepção de presente defendida por Reinhart Koselleck.

François Dosse ao discutir algumas questões/problemas ligados à chamada história do tempo presente, ressalta alguns desafios e pontua que houve resistência na oficina de História quanto à inteligibilidade da categoria. Para esse estudioso, uma das singularidades que especifica o trabalho da história do tempo presente diz respeito à convivência simultânea entre pesquisador e testemunhas vivas dos objetos estudados. Nessa perspectiva, ele enfatiza que “[...] o fato de ainda existirem testemunhas vivas dos fatos relatados, a transmissão de testemunhos tem um valor matricial”¹².

Por esse ângulo de interpretação, a história do tempo presente é uma história vigiada, e as narrativas construídas nesse campo de produção discursiva sofrem as disputas não apenas dos lugares de enunciação acadêmica ou, mais recentemente, das redes virtuais de interação. Ela também é vigiada pelos próprios sujeitos sociais que vivenciaram, no cotidiano de suas experiências, os objetos de reflexão da ciência histórica. Por conseguinte, essa vigilância pode criar um campo de forças que tensiona, questiona, impele e reivindica outras narrativas distintas daquelas oferecidas pelo historiador do tempo presente.

Nas discussões acerca da chamada história do tempo presente, há um certo consenso de que pesquisador e objeto pesquisado compartilham da mesma experiência de tempo; são, por assim dizer, contemporâneos. Nas palavras do historiador Roger Chartier: “A história do tempo presente é aquela em que o pesquisador é contemporâneo de seu objeto e divide com os que fazem a história, seus atores, as mesmas categorias e referências”¹³.

Trata-se, portanto, de uma experiência em que o pesquisador se encontra imerso nas relações temporais do próprio objeto pesquisado. Nessa dimensão, ele pode se

11 KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo: estudos sobre história*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2014, 231.

12 DOSSE, François. *História do tempo presente e historiografia*. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5-22, 2012, p. 15. Deste mesmo autor, ver: DOSSE, François. *A história*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

13 CHARTIER, Roger, 1993 apud FERREIRA, Marieta de Moraes. *História do tempo presente: desafios*. *Cultura Vozes*, Petrópolis, v. 94, nº 03, 2000, p. 121.

deparar com testemunhas vivas de seu objeto, que podem criticar e contestar a sua análise e a sua escrita. O historiador Henry Rousso¹⁴ concorda com essa assertiva e a coloca de forma ainda mais específica. Para ele, o uso da fonte oral tem se caracterizado como elemento diferenciador da história do tempo presente, porque possibilita ao historiador fazer uma reflexão em que ele contará com a voz e a fala de sujeitos que, também como ele, vivenciaram o objeto investigado. Ou seja, o universo constituinte da fonte oral singulariza o *métier* desse espaço de experimentação historiográfica quando permite um conjunto de relações entre o pesquisador e suas fontes.

A questão ainda não está resolvida e pode ser colocada da seguinte maneira: uma pesquisa que se encarregue de analisar um objeto e cujo recorte temporal seja a dimensão presente do nosso tempo, mas que não faça uso da fonte oral (ou seja, dos testemunhos produzidos pelos relatos de memória) deixaria de ser história do tempo presente mesmo sendo o tempo do objeto pesquisado contemporâneo ao tempo do historiador? Se compreendermos que sim, temos que discordar do argumento que defende que o uso da fonte oral como testemunho vivo é o elemento diferenciador desse espaço de experimentação historiográfica. Se defendermos que não, que não se faz necessário o uso dos relatos de memórias das pessoas como “fontes vivas”, precisaria flexibilizar o argumento que defende a necessidade de um evento-chave como marco delimitador.

Se não é o relato de memória que, como testemunho vivo, singulariza a história do tempo presente, as reflexões sobre sua cronologia — em termos de marco inicial — tornam-se bastante flexíveis e até desnecessárias. Ou seja, a história do tempo presente é constituída pelo pertencimento a uma experiência temporal compartilhada entre pesquisador e objeto de estudo. Assim, independente da fonte utilizada e da metodologia adotada, a história do tempo presente é aquela em que o pesquisador é contemporâneo a seu tema de pesquisa. É aquela em que pesquisador e objeto pesquisado compartilham das mesmas categorias e referências históricas que atribuem sentido e significado às experiências pesquisadas/vividas. O questionamento levantado pelo historiador alemão, portanto, continua em aberto: por que agora esta história do tempo presente e não aquela ou já não aquela?

Essa questão também foi analisada pelo historiador francês, Christian Delacroix, ao refletir se a chamada história do tempo presente (HTP) seria uma história realmente diferente de outras e em que se diferenciaria de outra. O que a tornaria singular? Em um diálogo com uma vasta bibliografia — europeia —, ele mostra alguns desafios enfrentados pelos pesquisadores no que tange à construção, ao reconhecimento e à legitimação desse

14 ROUSSO, Henry. Sobre a história do tempo presente: Entrevista com o historiador Henry Rousso. Revista Tempo e Argumento. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 201-216, jan./jun. 2009. Do mesmo autor ver: ROUSSO, Henry. A última catástrofe. A história, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro, FVG, 2016. Para ampliar o debate vale consultar: BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

espaço de reflexão.

Entre os muitos desafios apontados por Delacroix, um deles diz respeito às relações estabelecidas entre a história do tempo presente e as demandas sociais. Como essa prática de pesquisa e escrita dialoga com as diversas pressões praticadas nas relações sociais do presente do nosso tempo em que a História também está imersa? Nessa perspectiva, o autor ressalta:

O desafio epistemológico mais difícil (e que lhes é específico) para os historiadores que reivindicam a HTP (pelo menos para aqueles que lidam com questões epistemológicas) continua sendo, portanto, justificar a sua reivindicação da necessidade de responder a demanda social e a tese segundo a qual “o procedimento do historiador está na dependência direta da demanda social”¹⁵ ao mesmo tempo em que não transige com a pretensão de objetividade que é um valor chave do “cultura do ofício” dominante entre os historiadores¹⁶.

No diálogo com François Bédarida, Delacroix reforça o argumento segundo o qual a relação com as demandas sociais contribui para singularizar e legitimar a história do tempo presente. Por esse ângulo interpretativo, a partir do momento em que o presente passou a ser disputado como objeto de estudo pela História, construíram-se outras relações com as demandas sociais. Segundo o historiador, essas singularidades responderiam ao que chamou de uma “nova demanda social” a partir das mudanças ocorridas na disciplina, sobretudo a partir do final dos anos 1970. De tal modo, ele enfatiza:

A afirmação da história do tempo presente está assim ligada a um contexto externo (intelectual, social, econômico, político) e participaria do que François Bédarida chama de “virada epistemológica” da disciplina nos anos 1970, que vê “a reintegração do presente no território do historiador” no momento em que a história se redefiniria “em relação à sociedade”¹⁷.

Que a história dialoga com a sociedade não temos dúvida. Que ela responde a pressões sociais e, por conseguinte, autoriza um tipo de prática e proíbe outro, também não restam dúvidas, como bem demonstrou Michel de Certeau¹⁸. Assim, essa reflexão estaria aparentemente resolvida. Do meu ponto de vista, só aparentemente. As relações que essa disciplina estabelece com os demais seguimentos sociais — para além daqueles

15 BEDARIDA, François, apud DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39 - 79, jan./mar. 2018, p. 66. Título Original: L'histoire du temps présent, une histoire (vraiment) comme les autres?

16 DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39 - 79, jan./mar. 2018, p. 66. Título Original: L'histoire du temps présent, une histoire (vraiment) comme les autres?

17 DELACROIX, Christian. Op Cit, p. 66.

18 CERTEAU, Michel de. A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

estritamente ligados à academia — estão longe de se encontrarem resolvidas. Necessitam ser enfrentadas e analisadas. Precisam ser problematizadas e questionadas. Mais ainda quando compreendemos esses questionamentos com as tensões emanadas das demandas do tempo presente, seja qual for a denominação conceitual utilizada para se referir ao presente do nosso tempo.

Quais os desafios que nos impelem, hoje, a trabalhar com o presente do nosso tempo ao fazermos uso de relatos de memória sobre certos passados que são cotidianamente disputados e vigiados? Como lidar com testemunhos, cujos relatos podem colocar em perigo a vida do narrador? A quais demandas, socialmente, temos que responder? Ou antes, temos que responder a alguma demanda social para além daquela ligada aos afazeres domésticos da nossa oficina? Poderíamos ainda questionar: sabemos realmente quais as demandas sociais que tensionam nossa disciplina para além dos muros dos nossos castelos?

Não há espaço, aqui, para fazer uma reflexão sobre como se relaciona a ciência histórica e as demandas sociais, e esse nem é o objetivo deste artigo. Entretanto, questionemos, pois, algumas relações diretamente ligadas ao *métier* do nosso ofício. O uso do documento na pesquisa. De forma mais específica, o uso da fonte oral, do testemunho vivo em nossas pesquisas.

Lembrar, relatar e esquecer: desafios da História e da memória no tempo presente

Em março de 2019, a ditadura militar completou 55 anos. Em 2018, Jair Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil com um discurso em que defendia abertamente o regime militar instaurado em 1964. Perfilou — e perfila — pelas redes virtuais, por meio de diferentes canais de comunicação, uma avalanche de narrativas sobre o regime ditatorial instaurado em 1964. Intensifica-se uma guerra de narrativas¹⁹ que ultrapassa os muros das disputas praticadas no campo do ensino e extrapolam o campo das narrativas. Talvez esse seja um dos momentos, a partir da redemocratização, em que mais se falou em ditadura militar.

A ditadura militar continua sendo disputada por diferentes narrativas de pessoas pertencentes a distintos segmentos sociais, como igrejas, escolas, universidades e assembleias legislativas. Esses relatos mostram que a memória acerca da ditadura militar continua em ebulição, e que cresceram significativamente os relatos em defesa do regime ditatorial.

19 Faço uso das discussões sobre as chamadas guerras de narrativas, conceito operacionalizado pelo pesquisador canadense Christian Laville. LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. Rev. bras. Hist. vol.19 n.38 São Paulo, 1999.

No calor das manifestações sobre “o 31 de março”, o então ministro da educação, Rodrigo Velez, deu uma entrevista na qual afirmou que iria promover uma revisão nos conteúdos dos livros didáticos de História para produzir outra narrativa sobre a ditadura militar. Para ele, “[...] o que ocorreu em 31 de março de 1964 não foi um golpe, mas uma decisão soberana da sociedade brasileira [...]. O regime de 21 anos que sucedeu não foi uma ditadura, mas um regime democrático de força, porque era necessário naquele momento”²⁰. O objetivo seria produzir outra narrativa para ser trabalhada no ensino da Educação Básica, mostrando que o golpe e a ditadura militar não teriam ocorrido.

Os usos do passado para a História se constituem por meio de estratégias políticas forjadas no presente, na disputa permanente sobre o que lembrar de um passado que não passa — ou de um passado presente, como prefere Reinhart Koselleck²¹ — e, sobretudo, de um passado recente. Sabemos que lembrar é, também, uma ação política porque, historicamente, decide-se *o que e como* lembrar, bem como politicamente se decide os usos possíveis a que se prestam os relatos, as memórias e os esquecimentos. Nessa dimensão, as pesquisas acadêmicas igualmente passaram a ser “vigiadas”, disputadas e contestadas por diferentes sujeitos. Essa vigilância se desdobra em disputas sobre quais narrativas devem ser produzidas, circuladas e ensinadas sobre a ditadura militar. Essas disputas, por sua vez, incidem em formas de enfrentamentos que extrapolam o campo da produção narrativa. Enfrentamentos que se desdobram em formas de silenciamento.

Nesse sentido, é imperativo registrar que as práticas de repressão que cerceiam e coíbem a produção dos relatos de memórias — ou de outra natureza — sobre a ditadura militar consistem em violação constitucional, pois ferem o direito à liberdade de expressão, o direito à memória e à História. Nessa perspectiva, os pesquisadores Macedo, Reis e Silva ressaltam que essas práticas acabam

[...] servindo de estímulo para a manutenção do silenciamento quanto aos abusos aos direitos humanos e à violação impetrada por parte do Estado brasileiro entre 1964 e 1985. Na região do Araguaia, tais abusos ganharam contorno de lei durante o período da Guerrilha e nos anos que se seguiram — período em que, para muitos pesquisadores, iniciou-se a “guerra que veio depois” — dada a grande quantidade de conflitos, assassinatos de lideranças políticas e massacres ocorridos, bem como a continuidade de vigilância sobre os movimentos sociais, especialmente aqueles voltados para a luta pela terra, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem

20 G1. “Ministro da Educação diz que pretende revisar livros didáticos sobre o golpe de 1964 e a ditadura militar”. 04/04/2019. Rodrigues Velez foi destituído do cargo no dia 08 de abril de 2019.

21 Para o historiador alemão Reinhart Koselleck, as dimensões temporais passado, presente e futuro estão imbricadas. Assim, há certas dimensões e significados dos passados que continuam configurando o presente; nessa perspectiva, são passados que não passam, ou passados-presentes. Sobre essas discussões ver: KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006.

Terra (MST) e os sindicatos rurais²².

Entretanto, é importante perceber que o silêncio pode também ser entendido como forma de defesa diante de ameaças que acompanharam as experiências de muitos trabalhadores e trabalhadoras. Como ressaltou Wellington Silva ao analisar as memórias de trabalhadores da região do Bico do Papagaio, “[...] diante das ameaças e torturas impostas à população local, o silêncio e o medo são entendidos como uma forma de os moradores resistirem às pressões das Forças Armadas”²³.

A historiografia especializada mostra como a chamada região amazônica foi palco privilegiado dos enfrentamentos políticos ocorridos durante a ditadura militar²⁴. Nesse movimento de reflexão, ao analisarem os conflitos ocorridos na Guerrilha do Araguaia, Luiz, Reis e Silva ressaltam:

A região amazônica brasileira é historicamente caracterizada pelos conflitos decorrentes da luta pela terra, envolvendo indígenas, quilombolas, posseiros, seringueiros e outros sujeitos. Tais lutas se aceleraram durante a Ditadura, período em que ocorreram inúmeras atrocidades em todo o Norte do Brasil, mas, sobretudo na zona de fronteira das chamadas frentes de expansão²⁵.

Populações nativas, trabalhadores rurais e camponeses de diferentes regiões do Brasil que se deslocavam para essa região ou que nela já viviam passaram a ser alvos das ações perpetradas pelos agentes do Estado ditatorial, sobretudo aqueles ligados às Forças Armadas.

A simples suspeita de que um trabalhador rural tivesse mantido algum contato com os chamados guerrilheiros, ou a eles dispensado alguma ajuda, seria suficiente para resultar em prisões e torturas. Conforme demonstrou Patrícia Mechi:

22 LUIZ, Janailson Macedo, REIS, Naurinete Fernandes Inácio e SILVA, Idelma Santiago. A ditadura e os rastros da repressão no Sudeste Paraense: desvelando memórias sobre a Casa Azul. Saeculum - Revista de História, nº 39, jul-dez, 2018, p. 85.

23 SILVA, Wellington Sampaio da. A guerra silenciada: memória histórica dos moradores do Bico do Papagaio sobre a Guerrilha do Araguaia. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, 2008, p. 15.

24 Ao analisar os deslocamentos compulsórios de trabalhadores, na década de 1970, para e na Amazônia, Regina Beatriz chama a atenção para as práticas discursivas e não discursivas que concorrem para a construção da Amazônia como palco de tensões. Para ela, “[...] a Amazônia é apresentada em diversos discursos de órgãos do governo e da sociedade civil como um território marcado pela violência da disputa pela terra e pela exploração do trabalho que fere os direitos humanos”. GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Amazônia, território em movimento: vidas precárias. História Unisinos, v. 21, n. 1, p.38-50, Janeiro/Abril 2017, p. 42. Conforme a autora analisou essas práticas concorreram – e concorrem – para a construção e intensificação de variados conflitos na Amazônia. Desdobram-se, por conseguinte, em violações aos direitos civis e às liberdades políticas, contribuindo para promover a violência, a perseguição e o assassinato de trabalhadores rurais. Para ampliar as reflexões ver: PEREIRA, Airton dos Reis. Do posseiro ao sem-terra: A luta pela terra no sul e sudeste do Pará. Recife: Editora UFPE, 2015, PEIXOTO, Rodrigo Correa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 6, n. 3, p. 479-499, set.-dez. 2011, ROGONATI, Denise Truguilho. Ainda choram Mariás e Clarices: mulheres, guerrilheiras e pecebistas na resistência à ditadura militar no Brasil. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, 2015, e ALMEIDA, Jonas José. A cidade Marabá sob os impactos dos projetos governamentais. Dissertação (Mestrado em mestrado) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

25 LUIZ, Janailson Macedo, REIS, Naurinete Fernandes Inácio e SILVA, Idelma Santiago. A ditadura e os rastros da repressão no Sudeste Paraense: desvelando memórias sobre a Casa Azul. Saeculum - Revista de História, nº 39, jul-dez, 2018, p. 86.

Não havia entre as forças repressivas um critério bem definido para a escolha dos moradores que seriam presos. A “detenção para averiguação”, expressão utilizada na linguagem das forças repressivas, dava às Forças Armadas a possibilidade de prender qualquer um. Essas prisões realizadas atingiam toda a comunidade que passou a viver num clima de terror, com a insegurança generalizada²⁶.

Passados recentes e memórias narradas no presente do tempo

Não é tarefa fácil falar sobre certos passados. O passado da Guerrilha do Araguaia nunca esteve tão presente. Não é fácil narrá-lo, lembrá-lo e escutá-lo. Entre os trabalhadores rurais que estiveram envolvidos com os conflitos em torno da guerrilha, muitos expressam que preferem não lembrar porque isso traz, para o presente, memórias de dor, sofrimento, perda, angústia e revolta.

Esses sentimentos foram acionados nas entrevistas que realizamos em novembro de 2018 com trabalhadores e trabalhadoras rurais afetados pelos conflitos em torno da Guerrilha do Araguaia. Os relatos de memória ali produzidos mostram vestígios de um passado disputado por diferentes forças e distintos sujeitos. As memórias produzidas pelo projeto também mostram como uma parcela da população interpreta, no presente do nosso tempo, as experiências outrora vividas no que tange aos registros sobre a Guerrilha do Araguaia.

Entre os relatos de memória, destacaram-se as lembranças mobilizadas por uma trabalhadora que nasceu no município de Esperantinópolis/MA. Por volta dos 12 anos de idade, ela mudou-se para a Vila Santa Cruz, pertencente ao município de São Geraldo do Araguaia/PA. Ela teve sua vida radicalmente alterada devido à atuação das Forças Armadas nas ações promovidas para combater e eliminar o que denominaram “terroristas inimigos da nação”.

Filha de uma família pobre de trabalhadores rurais, ela, seus irmãos a mãe dependiam da agricultura de subsistência para viver. O trabalho braçal, seu e de sua mãe, nas plantações de lavouras garantia um mínimo de condições para sobreviverem. Esse trabalho era intercalado com a quebra do coco babaçu que, em época de colheita, ajudava na aquisição de uma pequena renda extra que permitia a troca por outros produtos.

O cotidiano daquela família foi visceralmente alterado a partir de 1972. Nesse período, a chamada região do Bico do Papagaio — sobretudo os municípios de São Geraldo (PA) e Xambioá (TO) — tornou-se epicentro de uma série de conflitos envolvendo as Forças Armadas, um grupo de militantes das esquerdas (sobretudo do

26 MECHI, Patrícia. Camponeses do Araguaia: Da guerrilha contra a ditadura civil-militar à Luta contemporânea pela terra. Projeto História, São Paulo, n. 46 pp. 167-195, 2013, p. 173. Da mesma autora consultar: MECHI, Patrícia. A Guerrilha do Araguaia e a repressão contra camponeses: reflexões sobre os fundamentos e as práticas repressivas do estado brasileiro em tempos de ditadura. Hist. R., Goiânia, v. 20, n. 1, p. 48-70, jan./abr. 2015.

PC do B) e dezenas de trabalhadores e trabalhadoras rurais que viviam na região. Em pleno regime ditatorial, as forças repressivas do Estado eram conduzidas para essa parte da Amazônia com o objetivo de pôr fim a um movimento de resistência que surgia nesse espaço da região Norte do Brasil.

Uma das lembranças marcantes na memória dessa senhora diz respeito ao movimento intenso da chegada de soldados que pousavam em helicópteros na base do Exército construída nas imediações do lote de terra onde ela morava com sua família. Em seus relatos:

Lá teve uma base do Exército, um barracão grande onde eles acampavam e chegavam muitos helicópteros todos os dias tinha helicópteros derramando saudados. E traziam os soldados de lá para Xambioá. Era muito movimento. Mas no começo a gente ainda saía para o mato para quebrar coco com muito medo de me encontrar e se deparar com algum conflito e dá de cara de algum conflito. Mas a gente tinha que ir porque tinha que quebrar o coco para viver ou a gente não tinha com o que se alimentar²⁷.

O medo passou a ser elemento constante, companhia permanente na vida dela, de sua família e, certamente, de muitos outros trabalhadores. A possibilidade de um confronto direto entre as forças armadas e os guerrilheiros — também chamados, em certos momentos, de “povos do mato” — passou a ser um elemento novo na vida cotidiana daquela família. As atividades desenvolvidas no dia a dia desses trabalhadores passaram a contar com a presença de sujeitos estranhos até então. Soldados, tenentes e sargentos passaram a compor a paisagem social das relações ali praticadas. Era grande o número de soldados. Segundo os relatos de memória de nossa entrevistada, a quantidade de soldado era bem maior do que o número dos trabalhadores rurais da vila onde viviam.

Com a chegada das forças armadas, sua família precisou vencer não apenas as dificuldades ligadas à alimentação. Tinham que lidar com o perigo e a ameaça da eclosão de um conflito armado. No início da chegada dos soldados, a quebra do coco ainda era possível, apesar dos riscos, como ela ressalta. No entanto, à medida que o exército intensificava suas ações de vigilância para a captura e eliminação do grupo oponente ao regime ditatorial, a situação ficou ainda mais complicada. Os soldados que faziam a inspeção da área passaram a determinar os dias da semana e os horários em que os trabalhadores poderiam ir até suas roças ou até os babaçuais para realizar a quebra do coco. Alegavam, para os agricultores, que o descumprimento dessas ordens poderia significar a morte para eles.

27 Entrevista realizada na cidade de Xambioá/TO, em 18 de novembro de 2018, para o projeto História Oral e Narrativas Amazônicas. Opto, nesse momento da escrita, em não mencionar o nome de nossa entrevistada. Para identificar as demais citações dessa entrevista, utilizarei apenas o nome do projeto e a data de sua produção.

De acordo com nossa entrevistada, os soldados explicavam que, caso os trabalhadores fossem encontrados fora de suas casas em horários e locais por eles não autorizados, poderiam ser confundidos com os guerrilheiros, denominados “terroristas” pelas forças armadas. Não seria inverossímil afirmarmos que essa situação tenha aumentado a sensação de medo, perigo e insegurança por parte daqueles trabalhadores. Nessa configuração, as mulheres quebradeiras de coco babaçu dificilmente teriam como se deslocar até a área onde se encontravam os babaçuais e retornar dentro da margem de tempo definida pelos soldados. Não apenas para quebrar e vender o coco, sua família foi igualmente proibida de se deslocar até suas roças em dias e horários que não fossem autorizados pelos soldados. Essas roças, via de regra, não ficavam em áreas próximas às suas residências. Essa situação, segundo nossa depoente, contribuiu para agravar ainda mais as precárias condições em que viviam.

No entanto, a vida familiar de nossa depoente seria ainda mais drasticamente afetada pela presença dos soldados na região. As ações de vigilância e controle perpetradas pelas forças armadas contribuíram para que a escassez de alimento de sua família e seus vizinhos aumentasse ainda mais. Essas questões contribuíram para que nossa entrevistada fosse trabalhar de empregada doméstica na cidade de Marabá, deixando a mãe e cinco filhos no lote onde residiam. Segundo ela, apesar do afeto que nutria pela família, teve que se afastar para que, com o trabalho, pudesse ajudar na compra dos alimentos de primeira necessidade.

Um dos seus irmãos, à época com seis anos de idade, passou a frequentar constantemente a base do exército. Segundo ela, seu irmão passou a andar frequentemente com os soldados, ganhando intimidade com eles, inclusive comendo das refeições preparadas no alojamento. Nesses termos, ela pontua que o irmão

[...] passou a visitar a base; ir lá na base. Lá tinha muita coisa pra comer; tinha muita fartura; tinha carne de sol, carne de jabá. Tinha muitas comidas e os soldados davam comida pra ele lá e eles foram alimentando meu irmão e pegando intimidade com ele. Todo dia meu irmão dizia: “mãe, eu vou lá na base”, e minha mãe dizia: “menino vai não; saia do meio desse pessoal”. “Eu vou mas volto já”. Mas sempre passava o tempo com eles lá. (*História Oral e Narrativas Amazônicas*, 2018).

Em seus relatos de memória, ela destaca que sua mãe teria tentado em vão evitar essa aproximação entre seu irmão e os soldados, que ocorreu, sobretudo, devido ao fato de que sua família estava passando por sérias necessidades. Em suas palavras, eles “[...] estavam passando fome”. Portanto, a aproximação com os soldados permitia que seu irmão passasse a se alimentar.

Certo dia, um sargento da base foi até a casa de sua mãe. Nossa entrevistada narra esse momento:

Depois um sargento pediu ele a minha mãe. Ele foi um dia lá em casa e pediu ele a minha mãe e minha mãe falou que não dava não porque os filhos eram os companheiros dela e que jamais ela ia dar os filhos dela para os outros. E ela nem conhecia aquele senhor. “Como é que eu vou dar meu filho para você?”. Aí ele voltou mais uns dias depois ele pediu o menino outra vez, que passou alimentar o menino lá. (*História Oral e Narrativas Amazônicas*, 2018).

“O tenente foi lá e pediu ele a minha mãe”. Com essa construção gramatical, nossa depoente apresenta fragmentos com os quais representa uma experiência que marcou profundamente a sua vida e de sua família. Um tenente das forças armadas brasileira tentava retirar de forma ilegal uma criança do seu núcleo familiar. Sentia-se com autoridade de proceder com uma ação fora de lei. Talvez, por ocupar uma posição privilegiada nas relações de poder ali praticadas, tenha se sentido autorizado a propor levar o filho de uma camponesa pobre.

O irmão de nossa entrevistada começou a expressar que iria embora com o exército. Essa postura pode ter sido influenciada pelas promessas que teria recebido do tenente, a partir das quais ele teria uma vida melhor. A negativa da mãe à postura do filho e a ao pedido do tenente não impediu que aquela autoridade militar voltasse a insistir. Na segunda tentativa, esteve com outro colega de farda, um sargento, que igualmente também queria levar outro irmão de nossa entrevistada.

E quando foi no outro dia chegou com o tenente lá e pediu o outro filho que era de colo, que tinha um aninho e um mês. Aí quando estava no meio desse acontecimento a mamãe disse que não dava. Aí ele foi embora também. Dias depois ele voltou e voltou a pedir de novo. (*História Oral e Narrativas Amazônicas*, 2018).

Segundo os relatos de memória de nossa entrevistada, além da insistência do seu irmão, o tenente e o sargento continuaram a persistir em levá-los, alegando que, assim, poderiam proporcionar melhores condições de vida a eles. Segundo ela, com a fome aumentando e com as dificuldades em conseguir alimentos para os filhos, uma vez que a depoente naquele momento estava em Marabá e não tinha voltado ainda para levar alguma ajuda para sua mãe, esta teria cedido às pressões das autoridades militares. Mas o tenente e o sargento teriam se comprometido em matricular as crianças na escola, contribuir com a alimentação da família que ficava na vila e levar os filhos para passar as duas férias do ano com a mãe.

A semântica política presente nos relatos de memória de nossa entrevistada apresenta elementos que nos dão acesso a determinadas maneiras pelas quais ela e seu grupo social passaram a representar as experiências narradas. Nessa dimensão, a

linguagem que ela mobiliza mostra como os passados narrados imprimem formas de ver e de representar. As expressões gramaticais que ela mobiliza dizem das relações de poder marcadas pela violência e pelo abuso de poder por parte dos agentes do estado. O sargento e o tenente não foram à casa de sua mãe “pedir seu irmão”. Foram lá dizer que iriam levar as crianças. Seus irmãos tornaram-se objetos de desejo e poder para aquelas autoridades militares. Portanto, sua prática vocabular apresenta vestígios simbólicos das experiências cotidianas vivenciadas. Mostram indícios de como os conflitos por ela narrados imprimiram símbolos e signos que concorrem para atribuir significados aos passados narrados e, igualmente, ao presente vivido.

Com lágrimas, soluços e pausas ela relembra o momento em que voltou de Marabá e encontrou sua família obliterada. Lamentou profundamente que sua mãe tenha permitido que seus irmãos fossem levados pelos militares. A experiência narrada pelos relatos de memória de nossa entrevistada foi também analisada pelo jornalista Eduardo Reina. A partir de uma ampla pesquisa, ele investigou 19 casos de crianças que foram sequestradas e/ou apropriadas pelos militares durante o regime ditatorial instaurado em 1964. A maioria desses casos, 11 no total, estiveram ligados à Guerrilha do Araguaia. Entre as crianças identificadas pelo jornalista, encontravam-se filhos dos guerrilheiros e dos trabalhadores rurais que viviam nas imediações onde ocorreram os conflitos.

Entre as crianças que foram levadas pelos militares durante a guerrilha, o jornalista identificou os dois irmãos da nossa entrevistada: Miracy, com apenas um ano de idade, e Juracy Bezerra de Oliveira, este com 6 anos de idade. De acordo com Reina, confundiram Juracy Bezerra com Giovani Costa, filho do guerrilheiro Osvaldo Orlando da Costa, mais conhecido como “Osvaldão”. A idade aproximada, a cor da pele e o nome da mãe teriam contribuído para que os militares tivessem confundido, de acordo com o jornalista. No entanto, pelos relatos de memória de nossa entrevistada, seria impossível seu irmão ser filho de Osvaldão, pois sua mãe nunca teria encontrado aquele guerrilheiro.

A pesquisa do jornalista, que foi publicada em livro²⁸, foi matéria no portal de notícia *G1*. De acordo com esse jornal:

Juracy foi levado para Fortaleza pelo tenente Antônio Essilio Azevedo Costa. Acabou registrado em cartório com o nome do militar como seu pai biológico. “O nome da mãe, entretanto, foi mantido: Maria Bezerra de Oliveira”. Ele viveu em Fortaleza até completar 20 anos. Depois voltou ao Araguaia em busca da mãe verdadeira. “Juracy também teve o irmão mais novo - Miracy - levado por outro militar. O sargento João Lima Filho foi com Miracy para Natal. Anos depois, Juracy e a mãe fizeram buscas pelo

28 REINA, Eduardo. *Cativeiro sem fim – As histórias dos bebês, crianças e adolescentes sequestrados pela ditadura militar no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2019.

menino. Não foi encontrado”, relata o autor do livro²⁹.

Segundo a matéria desse noticiário, Juracy Bezerra se sentia enganado. Aos 6 anos de idade, ele teria acreditado nas promessas que o exército lhe fizera que resultaram no afastamento do convívio familiar. Em suas palavras “[...] a mágoa que tenho deles, dos militares, é de terem me tirado da minha família biológica. Hoje em dia meus irmãos têm terra, gado. Eu tenho nada. O Exército tinha prometido me dar meio mundo e fundos. E não deu”³⁰.

Os trabalhadores rurais lidam com lembranças que narram cenas de torturas, perseguições e mortes. Alguns deles presenciaram sessões de torturas e cenas de execução. Conforme pontua o professor Wellington Silva, os militares exibiam suas ações de tortura e castigo como forma de promover uma espécie de “punição exemplar”. Para ele, “[...] na visão dos militares, apenas a morte dos guerrilheiros não era o suficiente. Era necessário exibir o corpo daqueles que haviam se colocado contra o governo, fotografar, cortar a cabeça e comemorar suas mortes”³¹.

Os trabalhadores, com quem dialogamos por meio de seus relatos de memórias, lidam com lembranças de experiências em que tiveram seus familiares apartados, separados e, em muitos casos, nunca mais reencontrados. São memórias que lutam contra a ação do esquecimento do tempo quando ficam no presente as lembranças de outrora para deixarem registradas as ações perpetradas contra a vida de muitos cidadãos civis. São memórias que apresentam fragmentos das experiências individuais e coletivas de agricultores que foram violentamente afetados pelos atos praticados pelos agentes do Estado.

Para combater os oponentes políticos do regime ditatorial, as forças armadas se infiltraram nas relações cotidianas de dezenas de trabalhadores e trabalhadoras rurais que poderiam manter algum tipo de contato com os chamados guerrilheiros. Passaram a determinar, inclusive, a forma como os camponeses deveriam vivenciar o tempo: em quais dias e em quais horas poderiam sair de suas casas, e em quais momentos poderiam ir às suas plantações, quando estas não eram queimadas pelos próprios militares em caso de suspeita de que os agricultores tivessem ajudado, de alguma forma, aqueles que as forças armadas estavam tentando eliminar. São memórias que se constituem como leituras políticas no presente de nosso tempo, na medida em que denunciam as arbitrariedades cometidas.

29 G1. As crianças sequestradas e adotadas ilegalmente por militares durante a ditadura brasileira. 21/03/2019.

30 Idem.

31 SILVA, Wellington Sampaio da. A guerra silenciada: memória histórica dos moradores do Bico do Papagaio sobre a Guerrilha do Araguaia. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Paraíba, 2008, p. 16. Do mesmo autor ver: SILVA, Wellington Sampaio da. “A guerra não acabou”: a escrita e a disputa do passado sobre a luta armada no Araguaia através das memórias dos militares. SAECULUM, v. 39, p. 279-294, 2018.

Considerações finais

Os embates que configuram nossa experiência de tempo sobre a História como campo de conhecimento, e sobre a memória como instrumento de luta política, demonstram as tensões experienciadas nas delicadas relações entre o presente e os usos do passado. São relações que representam uma dada interpretação do tempo.

Que interpretação foi construída pela senhora de Esperantinópolis/MA para que ela decidisse não autorizar para o filme suas memórias sobre o passado narrado em sua entrevista? Ela explicou para nossa equipe. Disse que, no momento atual, temia sofrer ameaças, tinha medo que, no atual governo, seus relatos pudessem ser “mal entendidos”. Ou seja, para ela, com o atual governo do presidente Jair Bolsonaro, suas memórias poderiam despertar alguma reação de pessoas ou grupos que passaram a defender abertamente a ditadura militar e, por conseguinte, ocorresse alguma represália. Ela temia que, em alguma medida, o passado narrado “pudesse se repetir” e, mais uma vez, atingi-la e atingir sua família. Não se sentia à vontade para autorizar sua entrevista para o filme, pois não se sentia segura. Ela disse ter medo pois, uma vez publicado o filme e lançado na internet, poderia, de alguma forma, vir a sofrer repressão. Portanto, ela só permitiu que usássemos sua entrevista para os trabalhos na universidade. Nesses termos, dona Edileuza de Oliveira pediu desculpas, agradeceu e voltou para sua casa.

As memórias de dona Edileuza Oliveira demonstram certas singularidades sobre experiências que configuram o presente do nosso tempo. Apontam, igualmente, como o passado acerca da guerrilha “não passou”, e como é uma operação delicada torná-lo presente por meio da memória. Mostram, também, como aquele passado tornou-se objeto de disputas em relação ao que dele deve ser lembrado e preservado. Essas disputas são ações que concorrem, portanto, para configurar e legitimar um presente vivido e um futuro projetado.

Cabe, portanto, interrogarmo-nos mais uma vez: quais passados podemos, pois, lembrar no chamado tempo presente? Essa pergunta, aparentemente banal, pode conter um universo bastante complexo de forças que se digladiam pelo controle dos projetos políticos vivenciados no presente. Como a ciência histórica deve lidar com as singularidades desses tempos? Como deve responder a essas demandas sociais?

Enfrentar esse debate não significa — diga-se à exaustão — afirmar que nosso ofício estaria correndo risco de ficar refém das pressões emanadas das tensões sociais nas quais estamos imersos. Não. As regras e os procedimentos que conferem legitimidade às nossas ações continuarão sendo respeitados. Estamos certos, inclusive, de que alguns procedimentos operatórios são também ajustados e modificados com o próprio desenvolvimento da disciplina.

Uma vez o presente sendo objeto de investigação da ciência histórica, temos que nos interrogar como as ações de nossa oficina dialogam com as demandas do presente do nosso tempo. Não podemos, pois, continuar com práticas que são direcionadas exclusivamente para atender às demandas específicas da academia. Isso implica, necessariamente, refletir sobre os usos do saber histórico para as relações sociais, ampliadas para além dos muros do castelo em que se transformou o conhecimento especializado da ciência histórica. Como enfaticamente defende Jörn Rüsen, essa reflexão precisa ser “[...] uma exigência dos especialistas, para que não confundam o fundamento de sua ciência na vida com uma torre de marfim perdida no espaço”³².

Nesses termos, penso ser crucial que a ciência histórica alargue seu dialogo para relações e espaços que extrapolem os muros da academia. De tal modo, torna-se imperativo que fiquemos atentos para as relações políticas que estão “tornando perigoso” o ato de narrar; que ameçam o direito de lembrar. Assim, quando narrar não é seguro, quando lembrar é perigoso, esquecer pode ser igualmente danoso.

Recebido em 14 de abril de 2019.

Aprovado em 05 de julho de 2019.

32 RÜSEN, Jörn. *História Viva: Teoria da História III - formas e funções do conhecimento histórico*. Tradução: Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010, p. 15. Do mesmo autor ver: RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica: Teoria da História I - os fundamentos da ciência histórica*. Tradução: Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2010.